

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	2
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	5
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	6
2.5 Medições não contábeis	7
2.6 Eventos subsequentes as DFs	11
2.7 Destinação de resultados	12
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	15
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	16
2.10 Planos de negócios	17
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	18
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	20
5.2 Descrição dos controles internos	27
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	35
5.5 Outras informações relevantes	36

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. Esta afirmativa é baseada nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2023, 2022 e 2021, em que são demonstradas:

- (i) geração operacional de caixa;
- (ii) histórico de lucratividade;
- (iii) estrutura de capital constituída, de forma predominante, por recursos próprios;
- (iv) capital circulante líquido positivo;
- (v) volume inexpressivo de inadimplência dos clientes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita Líquida

(R\$ mil)	YTD				
	2023	2022	%	2021	%
Vendas brutas	699.043	984.079	-29%	1.157.521	-40%
Impostos incidentes sobre vendas	(120.239)	(175.438)	-31%	(193.302)	-38%
Descontos, abatimentos e outras deduções	(3.384)	(5.819)	-42%	(5.988)	-43%
Receita líquida	575.420	802.822	-28%	958.231	-40%

Em 2023, as vendas brutas foram de R\$ 699.043, apresentando uma redução de 29% e 40% quando comparado aos anos de 2022 e 2021, respectivamente. A receita líquida em 2023 foi de R\$ 575.420, sendo 28% e 40% inferior aos anos de 2022 e 2021, respectivamente. Essas reduções se justificam pelo menor volume vendido nos períodos em virtude da redução de desempenho do mercado de tintas, além do aumento da oferta chinesa de TiO₂, com menor preço de mercado. Adicionalmente, ressalta-se o fato de que em 2021 houve maior quantidade de vendas de minérios oriundos da mina do Guajú, no montante de R\$ 91.466.

A variação por segmento é devido aos seguintes fatores:

- ◆ Pigmento: para o ano de 2023 verifica-se redução de preço médio de vendas em 18% e 3% quando comparado aos anos de 2022 e o 2021, respectivamente. A redução dos preços médios está diretamente ligada à maior competitividade de produtos oriundos da China, conforme evidenciado acima, além da redução do dólar médio dos períodos.
- ◆ Minérios: em 2023 houve venda de Ilmenita para parte relacionada (Tronox França), gerando uma receita líquida de R\$ 32.573. Em 2022, a Companhia não efetuou venda de minérios. Em contrapartida houve reconhecimento de R\$ 183.128 de receita líquida em 2021 oriundos da venda de zirconita, ilmenita, rutilo e cianita da mina do Guajú.

Custo de Vendas

(R\$ mil)	YTD				
	2023	2022	%	2021	%
Receita líquida	575.420	802.822	-28%	958.231	-40%
Custo de vendas	(539.179)	(752.447)	-28%	(644.604)	-16%
Lucro bruto	36.241	50.375	-28%	313.627	-88%
Margem bruta	6%	6%	0%	33%	-81%
% (Custo de vendas / Receita líquida)	94%	94%	0%	67%	39%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 2023 houve variação negativa de 28% no custo de vendas quando comparado ao ano de 2022, alinhado à redução das vendas do período. Conforme comentado acima, a redução das vendas ocorreu devido à maior competitividade dos produtos chineses, além da redução do dólar médio do período quando comparado ao ano anterior.

Com relação ao ano de 2021, houve redução no custo de 16%, apesar da redução da receita em 40%. Isto se deve ao fato do maior custo com materiais secundários, como o ácido sulfúrico, incorrido a partir do final do ano de 2021 em virtude da redução de fornecimento do produto por parte do principal fornecedor da Companhia, conforme divulgado em fato relevante datado de 05 de novembro de 2021. Para o ano de 2023, houve estabilização dos custos dos produtos importados, bem como construção de relacionamento com demais fornecedores dos produtos citados.

Lucro Bruto e Margem Bruta

No ano de 2023, houve redução do lucro bruto na ordem de 28% e 88% quando comparado aos anos de 2022 e 2021, respectivamente. Isso ocorre em virtude da redução da receita líquida do período, justificada pelo aumento da competitividade dos produtos chineses e da redução da venda de minérios oriundos da mina do Guajú, conforme comentado anteriormente. Em paralelo, houve aumento do custo médio de vendas, diretamente ligado ao aumento do custo com material secundário, como o ácido sulfúrico.

Em 2023, verifica-se uma margem bruta similar à margem apresentada em 2022 (6% em ambos os anos). Entretanto, há variação negativa de 81% quando comparado ao ano de 2021, em virtude do aumento no custo médio de produção, conforme sinalizado acima.

Lucro Líquido

	YTD				
(R\$ mil)	2023	2022	%	2021	%
Resultado operacional	(1.542)	28.356	-105%	283.215	-101%
Lucro (prejuízo) líquido	35.992	68.355	-47%	276.598	-87%
Margem líquida (= LL / Receita líquida)	6%	9%	-27%	29%	-78%

Em 2023, a Companhia apresenta lucro líquido de R\$ 35.992, havendo redução de 47% e 87% quando comparado a 2022 e 2021, respectivamente. A redução no lucro líquido decorre, principalmente, do aumento no custo médio de vendas, diminuição da quantidade vendida e diminuição dos preços médios de venda. Adicionalmente, em 2023 a Companhia reconheceu

2.2 Resultados operacional e financeiro

receita financeira de R\$ 53.084 (R\$ 49.116 e R\$ 20.297 em 2022 e 2021, respectivamente), sendo R\$ 16.819 (R\$ 31.920 e R\$ 7.510 em 2022 e 2021, respectivamente) referente a juros sobre o contrato de mútuo com partes relacionadas, assinado em julho de 2021.

EBITDA e Margem EBITDA

	YTD				
(R\$ mil)	2023	2022	%	2021	%
Resultado operacional	(1.542)	28.356	-105%	283.215	-101%
(+) Depreciação e amortização	26.879	22.214	21%	34.341	-22%
(+) Provisão para desmobilização	11.001	(19.318)	-157%	(8.680)	-227%
(=) EBITDA	36.338	31.252	16%	308.876	-88%
Receita líquida	575.420	802.822	-28%	958.231	-40%
Margem (EBITDA / Receita líquida)	6%	4%	62%	32%	-80%

No comparativo entre 2023 e 2022 houve aumento de 62% na margem EBITDA. Em contrapartida, no comparativo entre 2023 e 2021, houve redução de 80% na margem EBITDA decorrente principalmente da redução do resultado operacional, resultante da menor quantidade vendida e aumento dos custos de produção.

Depreciação, amortização e exaustão

Em 2023 houve aumento da despesa de depreciação em 21%, decorrente da finalização de projetos em andamento durante o ano. Em contrapartida, no comparativo entre 2023 e 2021 há uma redução de 22%, devido basicamente, ao fato de que, em 2021 ainda existia exaustão do custo de recuperação de mina (“ARO”) (YTD21, R\$9.957). Adicionalmente, devido ao encerramento da mina, reconheceu-se, em 2021, depreciação de R\$4.864.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras e respectiva emissão em 14 de março de 2024.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - "IFRS") emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, assim como também não há ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Não houve efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente de introdução/alienação de segmento operacional, constituição e ou aquisição/alienação de participações societárias e eventos ou operações não usuais, além dos divulgados no tópico 1.12 deste formulário.

2.5 Medições não contábeis

Gestão de risco financeiro

a. **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Isso é possível especialmente por meio de geração de caixa. Em caso de qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022
Total dos passivos de arrendamento e dívida com partes relacionadas	6.252	12.688
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(5.604)	(74.849)
Dívida líquida	648	(62.161)
Total do patrimônio líquido	682.398	808.891
Total do capital	683.046	746.730
Índice de alavancagem financeira	0%	-8%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. **Risco de taxa de câmbio**

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em Dólar estadunidense. As receitas de vendas da Companhia para o mercado externo representaram 6,30% e 0,99%, respectivamente, do total das vendas brutas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração da Companhia entende que, historicamente, aproximadamente 50% do seu custo de vendas é dolarizado e, sendo assim, o risco de câmbio é mitigado por esse “hedge natural” da operação, não entendendo ser necessária nenhuma operação adicional de hedge cambial.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. Os saldos de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujas transações estão atreladas à variação do Dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

2.5 Medições não contábeis

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes - mercado externo (nota 6)	4.527	3.575
Fornecedores estrangeiros (nota 13)	(2.133)	(7.748)
Valores a receber de partes relacionadas (nota 25)	381	2.047
Valores a pagar a partes relacionadas	-	2.171
	<u>2.775</u>	<u>45</u>

c. **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no saldo do contas a receber. Adicionalmente, a Companhia não possui histórico de perdas significativas com clientes (nota 6). A Companhia considera que o saldo de caixa e equivalentes de caixa e o saldo de aplicações financeiras têm baixo risco de crédito. Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém contas correntes e aplicações bancárias com instituições financeiras de grande porte, seguindo as regras descritas na sua política global de risco e crédito.

d. **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou entre empresas do grupo. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. Durante exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, além de apresentar capital circulante líquido positivo, a Companhia não efetuou a contratação de empréstimos e financiamentos no mercado ou entre empresas do grupo.

e. **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa e monitoramento do risco de liquidez de não cumprimento e liquidação de suas obrigações é realizada pelo Departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

2.5 Medições não contábeis

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores (nota 13)	42.717	-
Obrigações com compras de mercadorias (nota 14)	2.384	-
Passivos de arrendamento (nota 11)	4.700	1.552
Dividendos e JCP a pagar (nota 22)	10.242	-
Outros passivos (nota 21)	24.998	14.853
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores (nota 13)	52.847	-
Obrigações com compras de mercadorias (nota 14)	2.582	-
Passivos de arrendamento (nota 11)	6.427	4.090
Dividendos e JCP a pagar (nota 22)	13.590	-
Outros passivos (nota 21)	8.022	7.947

f. **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses e cenários estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação a estimativa provável.

Risco taxa de juros

Para o saldo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia considera como cenário I (provável) a taxa básica de juros para o ano de 2023 de 11,75%, conforme Relatório Focus 19 de janeiro de 2024.

Instrumento/operação	CDI/SELIC Provável	Risco	Efeito		
			Cenário I	25% Cenário II	50% Cenário III
Aplicação financeira	11,75%	Baixa do CDI	22.455	16.841	11.228
Valores a receber de partes relacionadas	11,75%	Baixa da SELIC	6.615	4.961	3.308

Risco cambial

Para o saldo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou como cenário I (provável) a taxa de câmbio do fim do período, conforme Relatório Focus emitido em 19 de janeiro de 2024.

Instrumento/operação	Dólar Provável	Risco	Efeito		
			Cenário I	25% Cenário II	75% Cenário III
Clientes no exterior	5,01	Baixa do dólar	161	(1.011)	(2.183)
Fornecedores no exterior	5,01	Alta do dólar	(76)	(628)	(1.180)
Valores a receber de partes relacionadas	5,01	Baixa do dólar	14	(85)	(184)

A análise de sensibilidade supracitada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

2.5 Medições não contábeis

Risco operacional

A Administração da Companhia entende que o risco da operação relacionado ao possível risco de não entrega de material secundário, pelo principal fornecedor da Companhia, está sendo mitigado através da regularização de importações recorrentes de ácido sulfúrico, obtendo assim preços mais baixos, além de outras alternativas de fornecimento local. Sendo assim, não existe impacto na continuidade das operações.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve evento subsequente à emissão da demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

Forma de cálculo prevista em Estatuto Social

Dividendos aos acionistas não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento), respeitando o artigo 31 do Estatuto Social, que informa que ao fim de cada exercício social, do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, e a administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observados os seguintes preceitos, nesta ordem:

- i) 5% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- ii) quando for o caso, as importâncias necessárias e as admitidas para as reservas de que tratam, respectivamente, os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.;
- iii) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das S.A. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do Estatuto Social, e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral;
- iv) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, não podendo exceder o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e
- v) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, não podendo exceder o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio intermediários

Em 26 de abril de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos na ordem de R\$ 25.479 (o valor por ação, em reais, é de R\$ 0,88), sendo: i) dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, constituído em 2022, no montante de R\$ 6.223 (o valor por ação, em reais, é de R\$ 0,21); ii) distribuição de adicional de dividendos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 8.777 (o valor por ação, em reais, é de R\$ 0,30) e; iii) distribuição complementar de dividendos, com base nas reservas de lucros, no montante de R\$ 10.479 (o valor por ação, em reais, é de R\$ 0,36), sendo: (“a”) R\$ 9.441 oriundo de “reserva para aumento de capital” e (“b”) R\$ 1.038 oriundo de “reserva especial para dividendos” com dividendos intermediários referente ao exercício corrente.

2.7 Destinação de resultados

Demonstração da destinação do resultado nos últimos 3 exercícios

Exercício findo em 31/12/2023:

Lucro líquido do exercício	35.992
Constituição da reserva legal	-
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(27.774)
Lucro ajustado I (A)	8.218
 Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	 2.055
Dividendo mínimo obrigatório já distribuído durante o exercício (C)	19.256
Dividendo adicional proposto (D)	-
Dividendo a distribuir (E) = (B) - (C) +(D)	-
 Lucro ajustado II (E) = (A) - (D)	 8.218
 Reserva para aumento de capital (90%)	 7.396
Reserva especial para dividendos (10%)	822

Exercício findo em 31/12/2022:

Lucro líquido do exercício	68.355
Constituição da reserva legal	(3.418)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(40.044)
Lucro ajustado I (A)	24.893
 Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	 6.223
Dividendo adicional proposto (C)	8.777
Dividendo a distribuir (D) = (B) + (C)	15.000
 Lucro ajustado II (E) = (A) - (D)	 9.893
 Reserva para aumento de capital (90%)	 8.904
Reserva especial para dividendos (10%)	989

2.7 Destinação de resultados

Exercício findo em 31/12/2021:

Lucro líquido do exercício	276.598
Constituição da reserva legal	(10.802)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(86.467)
Lucro ajustado I (A)	179.329
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	44.832
(-) JCP bruto já distribuídos no exercício (C)	34.930
IR sobre JCP pago	(4.833)
(-) JCP líquido já distribuídos no exercício (D) - valor por ação (em R\$) de R\$1,0371571178 (31 de dezembro de 2020, R\$0,6319018530)	30.097
Dividendo mínimo já distribuído no exercício (E) - valor por ação (em R\$) de R\$ 1,0371571178 (31 de dezembro de 2020, R\$0,1290889645)	3.746
Dividendo mínimo obrigatório ainda a distribuir (F) = (B) - (D) - (E)	10.989
Lucro ajustado II (A) - (C) - (E) - (F)	129.664
Reserva para aumento de capital (90%)	116.698
Reserva especial para dividendos (10%)	12.966

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

Não é prática da Companhia a divulgação do seu plano de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Suprimento de ácido

No dia 5 de novembro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu principal fornecedor de ácido sulfúrico, material secundário fundamental para seu processo produtivo, iria reduzir temporariamente o fornecimento do referido produto.

No dia 30 de novembro de 2022, o referido fornecedor divulgou, em fato relevante, pedido de Recuperação Judicial, em caráter de urgência, aprovado pelo seu Conselho de Administração e referendado em Assembleia Geral Extraordinária. Em 13 de dezembro de 2022, o fornecedor divulgou a decisão que proferiu o processamento da supracitada Recuperação Judicial. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão para perda do saldo de adiantamento a fornecedor, no montante de R\$ 13.001.

Em 31 de janeiro de 2023 foi assinado o 6o aditivo contratual com esse fornecedor, discriminando os valores adiantados, no montante de R\$ 31.273 (nota 7), assim como o cronograma para entrega desse material, utilizando o saldo do adiantamento.

Em 16 de fevereiro de 2023, o referido fornecedor divulgou, através de Fato Relevante, que protocolou o Plano de Recuperação Judicial. No dia 27 de março de 2023, este efetuou um Comunicado ao Mercado informando que foram apresentadas objeções por algum de seus credores. Em 10 de abril de 2023, em razão da apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial, o fornecedor convocou Assembleia Geral de Credores para maio de 2023 e divulgou, no dia 30 de junho de 2023, o Plano de Recuperação Judicial Ajustado. Em 24 de agosto de 2023, os credores aprovaram o Plano de Recuperação Judicial Ajustado.

Em 18 de outubro de 2023, a Companhia assinou, junto ao referido fornecedor de ácido sulfúrico, Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Crédito Tributário, cujo objeto foi a transferência de crédito fiscal, na forma prevista no Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (RICMS), aprovado pelo decreto 13.780/12 e Lei. 7.014, Art. 26, §4º I, III, e deferido pelo Governo Estadual do Estado da Bahia através de Parecer. O montante transferido na forma de crédito foi de R\$ 30.000 para o pagamento dos débitos decorrentes da apuração do imposto pelo regime normal de ICMS inerente às operações da Companhia. Conforme firmado no supracitado instrumento, a Companhia pagará ao fornecedor o montante de R\$ 26.500 pela cessão do crédito, considerando um deságio de R\$ 3.500, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 utilizados para devolução de parte do valor do adiantamento em aberto para aquisição de ácido sulfúrico; e (ii) R\$ 16.500 a serem pagos em 8 parcelas iguais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu o equivalente a R\$ 8.922 (nota 7), correspondentes a 33% da quantidade contratual a ser entregue no período, os quais foram compensados com o saldo de adiantamento. O impacto no custo de vendas do exercício, decorrente do recebimento da referida quantidade contratada está discriminado na Nota Explicativa no 27.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a capacidade de fornecimento do referido fornecedor não foi suficiente para suprir a demanda produtiva da Companhia, que precisou realizar compras do ácido sulfúrico de fontes alternativas no mercado nacional e internacional.

A Companhia vem acompanhando de perto o plano de retomada operacional do referido fornecedor, adotando medidas para garantir o suprimento do produto no curto e longo prazo, realizando importações recorrentes de ácido sulfúrico, obtendo assim, para o exercício findo

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

em 31 de dezembro de 2023, preços mais baixos que os praticados durante o exercício de 2022, além de outras alternativas de fornecimento local.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

A atual política de Gerenciamento de riscos da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** ("Tronox Brasil" ou "Companhia"), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (*effective as of August 12, 2019*), tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e orientações para a estratégia de gestão de riscos corporativo da organização, e pode ser visualizada no portal de Relacionamento com os Investidores:

<https://www.tronox-ri.com.br/governanca/estatuto-e-politicas/>

Em relação a esta política, a organização estabelece normativa atrelada as melhores práticas de mercado padronizadas pelo COSO ERM, IBGC e legislações vigentes.

Adicionalmente, o acionista-controlador **Tronox Holdings Plc** ("Tronox"), possui uma estrutura global para Gerenciamento de Riscos a nível de entidade (aplicável Tronox e todas as suas subsidiárias), a qual detalharemos no subitem "iii" da seção "b" abaixo:

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de estabelecer um processo robusto de gestão de riscos corporativos que envolva os principais *stakeholders* a fim identificar, avaliar e priorizar, tempestivamente, os riscos prioritários (*High-level Risks*), implementar métodos de monitoramento e estratégias de mitigação a estes riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estabelecidos pela Companhia, buscando reduzir os níveis de exposição a perdas.

Adicionalmente, visa também assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão (Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Diretoria) tenham acesso tempestivo às informações quanto aos riscos dos quais a Companhia está exposta, aumentando a probabilidade de alcançar seus objetivos e reduzir os riscos a níveis aceitáveis.

Busca também preservar o patrimônio tangível e intangível dos acionistas, a segurança das pessoas e a integridade do meio ambiente e comunidades, por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão, bem como do tratamento adequado dos riscos e impactos negativos decorrentes de sua materialização.

A partir dos resultados obtidos da análise e avaliação dos riscos, considerando os respectivos impactos ao negócio e a sua probabilidade de materialização, a Companhia

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

desenvolve o seu Plano Anual de Auditoria e aprimora seu ambiente de controles e processos internos.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Na Tronox Brasil, os riscos inerentes foram mapeados pela entidade local sendo avaliados de forma contínua de modo a revisitar os impactos e probabilidades de ocorrência na Companhia, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos.

A Tronox Brasil tem o seu negócio influenciado por algumas variáveis que possibilitam fatores de risco serem mapeados e monitorados pela organização, conforme riscos descritos abaixo:

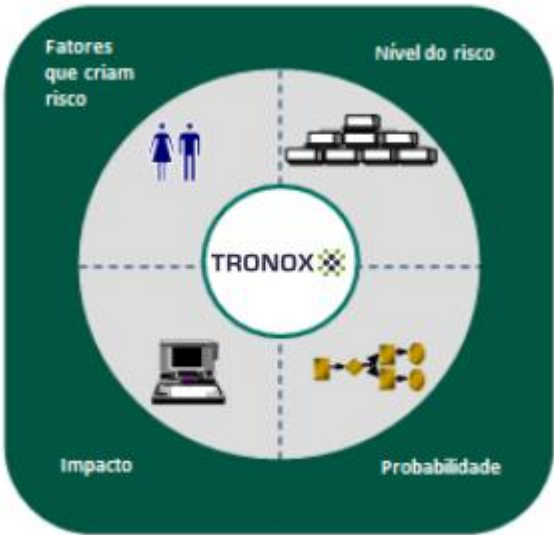
- Exposição a flutuações da taxa cambial que, por uma desvalorização da moeda brasileira (Real) devido a situações macroeconômicas, pode ocasionar um aumento no custo das matérias-primas cotadas em dólar, impactar diretamente a Receita da entidade (todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense), bem como a logística rodoviária e portuária, com potencial impacto na competição com os produtos concorrentes de mercados externos, como os chineses, por exemplo.
- Elevada carga tributária nacional agregada ao gerenciamento da burocracia fiscal destes tributos, bem como os crescentes custos de transação e adequação às normas ambientais do Estado decorrentes do processo de licenciamento ambiental de produção, também concorre para impactar os custos de produção e, conseqüentemente, o seu resultado.
- Os empregados da empresa são representados por sindicato com forte representação no segmento químico e petroquímico. Os acordos coletivos da categoria estão sujeitos à renegociação anual. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas com pessoal, incluindo encargos sociais, representam parte expressiva do custo e uma subida acima dos índices inflacionários poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre o negócio.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- A empresa pode ser ainda prejudicada se enfrentar greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus empregados decorrentes de negociações, ou litígios envolvendo pagamento de verbas trabalhistas.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Uma análise de risco deve considerar as pessoas, estrutura organizacional, atividades atuais e sistemas de informação que norteiam e suportam todo o processo da entidade. Ou seja, deve-se possuir uma visão holística de todo o processo.



A área de Auditoria Interna avalia regularmente todos os riscos inerentes e mapeados para a Tronox Brasil de modo a analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência na organização, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos. Para análise, foram definidas em reunião com o Conselho de Administração qual o nível de impacto e probabilidade a ser considerado, estabelecendo regras internas para definição da proporção na classificação de níveis ‘alto’, ‘médio’ e ‘baixo’ que seria aplicado, respeitando os seguintes critérios:

Nível do risco	Descrição do nível de risco
Riscos Altos	Riscos com maior priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com maior urgência, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos Médios	Riscos com média priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com atenção, acompanhados

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	mensalmente para avaliar qualquer mudança no nível de risco e priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos Baixos	Riscos com menor priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com menor nível de investimento, porém devem ser acompanhados mensalmente de modo a avaliar qualquer mudança de nível de risco, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.

Para os riscos avaliados pela Tronox Brasil, são aplicadas tipologias para a sua identificação e melhor detalhamento do status atual de modo a possibilitar uma melhor estrutura para tomada de decisão. Para isso, a entidade trabalha com uma matriz de riscos que permita identificação dos respectivos aspectos de riscos: grau de materialização do impacto do risco, tipo do risco e causa raiz.

1. Grau de Materialização do impacto do risco: No intuito de avaliar e estratificar o nível de materialização possível do impacto do risco, estabelece os respectivos critérios:

Materialização	Descrição do nível de materialização
Descoberto	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante da estrutura da Companhia sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Materializado	Risco em que sua materialização ocorreu diante da estrutura da Companhia sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Pervasivo	Riscos cujo impacto pode ser disseminado em diferentes áreas e estruturas da companhia sem um valor claro a ser quantificado para o seu impacto.
Não aplicável	Riscos nos quais diante da sua ocorrência e/ou existência de estrutura adequada não foram quantificados valores para definição do seu impacto.

2. Tipologia do risco: No intuito de avaliar e estratificar o tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo de risco	Descrição do tipo de risco
Riscos Estratégicos	Riscos referentes a questões estratégicas ao negócio decorrentes dos pontos fracos ou fortes que a Companhia possui para conviver com ameaças ou oportunidades do mercado.
Riscos de Compliance (Regulatório)	Riscos referentes ao não cumprimento de questões regulatórias a exemplo de áreas como ambientais, segurança do trabalho e saúde ocupacional, legislação trabalhista, fiscal etc.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Financeiros	Riscos referentes à perda financeira sobre controles internos não aplicados pela empresa.
Risco Operacional	Riscos que possibilitem que as rotinas aplicadas ao cotidiano da Companhia não sejam bem-sucedidas ou realizadas com retrabalho.
Riscos para Demonstração Financeira	Riscos que provoquem registros incorretos das demonstrações financeiras da companhia, impossibilitando uma divulgação das informações com a devida transparência necessária.

3. **Causa raiz:** No intuito de avaliar e estratificar a causa raiz do tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo da causa	Descrição do Tipo da causa raiz
Processo	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante de um desenho do processo com ausência de ações que o mitigue.
Tecnologia	Risco em que sua materialização pode ocorrer diante da ausência de ferramentas ou parâmetros de tecnologia que o mitigue.
Organizacional	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante da ausência de uma estrutura organizacional que estabeleça diretrizes culturais ou de perfis profissionais que o mitigue.
Treinamento	Risco em que sua materialização pode ocorrer diante da falta de treinamento dos seus colaboradores para o desempenho de ações que o mitigue.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** (“Tronox Brasil” ou “Companhia”), uma empresa da Tronox Holdings Plc, assume um papel ativo e prático na função de supervisão de riscos da Companhia como um todo. O Conselho enxerga sua principal função em definir o correto *“tone at the top”* e promover uma governança forte em todos os níveis da Companhia. Os Controles de gestão são a primeira linha de defesa para identificar e mitigar, não apenas os riscos comerciais e riscos financeiros, mas a ampla gama de riscos ambientais e de sustentabilidade que podem inviabilizar uma empresa como a Tronox Brasil.

O processo de Gerenciamento de Riscos da Tronox Brasil se baseia na estrutura definida pelo seu acionista-controlador, Tronox Holdings Plc, o qual dispõe em sua estrutura um Comitê Global de Riscos (*Global Risk Committee*), composto por Líderes Seniores da Companhia, com objetivo de apoiar o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração (“Comitê de Auditoria”), em assegurar que os riscos significativos e prioritários para a Tronox, e suas subsidiárias, estejam identificados e sendo gerenciados continuamente e, assim, reforçando a proteção dos ativos da Companhia e aumentando o valor para os acionistas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A vice-presidência de auditoria interna é supervisionada pelo Conselho na condução do gerenciamento do processo de ERM (*Enterprise Risk Management*). No início do processo, cada um dos membros do nosso Conselho é convidado a se reunir com os *Co-CEOs*, *CFO*, *General Counsel* e Vice-Presidente de Auditoria Interna para discutir os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta, bem como, a eficácia dos planos de mitigação definidos para endereçar estes riscos. O *feedback* de nosso corpo diretivo (*Senior Management*) é usado para auxiliar na identificação dos principais riscos e melhorar a eficácia das atividades/ controles de mitigação.

Após a conclusão do processo de ERM, o Vice-Presidente de Auditoria Interna e outros principais responsáveis pelo risco (*Risk Owners*) apresentam os resultados da análise para toda a diretoria normalmente no início do ano-fiscal. Uma discussão mais aprofundada sobre os principais riscos pode ser liderada pelo “proprietário do risco” (*Risk Owners*) principal como parte das discussões de gerenciamento de riscos do Conselho.

Responsabilidades Gerais do Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos tem a responsabilidade de identificar e coordenar, a nível de entidade, os riscos significativos e garantir que estes estejam sendo gerenciados pela unidade de negócios relacionada e/ ou pela unidade de serviços corporativos da organização.

O Comitê de Riscos apoia o Comitê de Auditoria da Companhia na supervisão do gerenciamento de riscos corporativos e os auxilia a:

- Identificar, Avaliar e Monitorar os riscos do negócio que a Companhia está exposta;
- Estabelecer uma estrutura necessária de gerenciamento de riscos, com funções e responsabilidades identificadas, capazes de endereçar, monitorar e mitigar os riscos relevantes;
- Discussão do Apetite e Tolerância a Riscos da Companhia.

O Comitê de Riscos pode direcionar à grupos internos da Companhia e/ ou contratar consultores externos para auxiliar o Comitê no desempenho de suas responsabilidades.

O Comitê reportará (por meio previamente definido) e representará ao Comitê de Auditoria da Companhia referente ao status atual do programa de Gerenciamento de Riscos, prioridades, riscos emergentes e outros itens.

Autoridade

O Comitê tem plenos poderes e autoridade para conduzir ou autorizar qualquer atividade necessária para cumprir com êxito o objetivo do Comitê e tratar de assuntos dentro de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

seu escopo de responsabilidade, além de ter acesso confidencial a assessores jurídicos, contábeis, técnicos e outros para promover o desempenho de suas responsabilidades.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em alinhamento com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, a Tronox Brasil possui a área de Auditoria Interna que avalia, durante as etapas de Certificação SOx (*Sarbanes-Oxley*), o ambiente de controles ao nível de entidade com objetivo de assegurar que a estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da Gestão de Riscos da Companhia. O foco desta avaliação visa fornecer segurança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Auditoria Interna também atua na verificação do cumprimento das diretrizes e regras dos documentos normativos da empresa, como as Políticas Corporativas.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Administração da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** (“Tronox Brasil” ou “Companhia”), é responsável por avaliar os riscos que possam impactar suas demonstrações financeiras e estabelecer e manter uma estrutura de controles internos adequados a fim de mitigá-los, com base nos critérios estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

A estrutura de Controles Internos sobre os Relatórios Financeiros é um projeto elaborado sob a supervisão dos principais executivos da Alta Administração a fim de fornecer garantia razoável sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração de demonstrações financeiras para fins de reporte externo, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e leis aplicáveis.

Em 2020, após a conclusão da aquisição da Companhia pelo acionista-controlador, Tronox Holdings Plc, foi executado um programa de re-desenho e implementação de controles internos baseados nos requerimentos da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“Programa SOX”), visando prevenir, detectar e corrigir qualquer potencial não-conformidade relacionada às informações financeiras da Companhia. O Programa SOX foi implementado dentro de um escopo e contexto de obrigações do acionista controlador. A adoção desse programa, embora não requerida para fins de emissão da opinião do Auditor sobre as práticas contábeis brasileiras e internacionais da Companhia, foi uma conquista importante para garantir maior confiabilidade às demonstrações financeiras.

Anualmente, a Administração avalia a efetividade dos seus controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de testes independentes durante as etapas do Programa SOX a fim de assegurar o correto desenho e funcionamento dos controles da Companhia. Ao realizar esta avaliação, a administração utiliza os critérios do *Internal Control-Integrated Framework (2013)*, estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

Os controles e procedimentos de divulgação da Companhia são projetados para garantir que as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras que ela emite ou arquiva sejam registradas, processadas, e reportadas, no prazo especificado nas regras e formulários da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e que tais informações sejam coletadas e comunicadas à Administração da Tronox Brasil, incluindo a Diretoria Financeira da Companhia, ou outra pessoa que desempenhe funções semelhantes, conforme apropriado para permitir decisões oportunas sobre a divulgação necessária.

Todas as deficiências identificadas quer seja pelas Áreas de negócio, Auditoria Interna, Compliance e/ou pela Auditoria Externa, são consolidadas e classificadas quanto à sua materialidade. As deficiências de maior severidade, considerando aquelas com possibilidade razoável de permitir que um erro material nas demonstrações financeiras não seja prevenido ou detectado em tempo hábil, ou ainda aquelas classificadas como

5.2 Descrição dos controles internos

relevantes, embora não associadas a possibilidade de erros materiais, são apresentadas e discutidas junto à Administração.

Nossos controles internos sobre relatórios financeiros incluem aquelas políticas e procedimentos que:

- dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, reflitam com precisão e justiça as transações e disposições dos ativos da Companhia;
- fornecem garantia razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que nossos recebimentos e despesas estão sendo feitos apenas de acordo com as autorizações da administração e diretores da Companhia; e
- fornecem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição não autorizada, uso ou disposição de nossos ativos que possam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

No encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e seus Auditores Independentes, tomando por base testes executados durante todo o período, avaliaram a eficácia dos seus controles internos sobre os relatórios financeiros no qual as deficiência identificadas (em individual ou a combinação destas) estão destacadas no item “d” desta seção.

Os comentários da Administração e as ações que destacam as medidas tomadas para a remediação destas deficiências, se aplicáveis, estão destacadas no item “e” desta mesma seção.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui em sua estrutura organizacional a área de Auditoria Interna composta por uma liderança local (Tronox Brasil), a qual tem reporte funcional a Vice-presidência de Auditoria Interna do acionista-controlador (Tronox Holdings Plc), e reporte administrativo a Diretoria Financeira (*Site Controller*) da Tronox Brasil.

A Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, é responsável por realizar uma avaliação independente do desenho e efetividade dos controles internos da Companhia. Esta avaliação tem como principal objetivo fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras, além de recomendar melhorias e acompanhar os planos de ação com objetivo de fortalecer o ambiente de controles da organização para fins de mitigação de riscos. Dentre suas responsabilidades, a Auditoria Interna assessora e relata fatos relevantes a Administração, além de analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio da Companhia.

Todos os controles internos da Companhia e processos relevantes são submetidos às análises de desenho e eficácia. O critério de relevância é definido por materialidade e pelo processo de gestão de riscos que utiliza a metodologia COSO 2013. Os controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

são executados pelos gestores das áreas de negócios, intitulados como “*control owners*”, daqueles processos que fazem parte do escopo de trabalho. Estes gestores também são responsáveis pela execução eficaz dos controles internos a eles designados.

O resultado da avaliação quanto à efetividade dos controles internos por meio de testes independentes realizados pela Auditoria Interna, são reportados a Alta Administração.

c. Se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer, manter e promover a revisão de um ambiente de controles internos adequados, em particular, sobre as demonstrações financeiras. A avaliação da eficácia do desenho e operação dos controles internos relacionadas à elaboração das demonstrações financeiras ocorre sob a supervisão, e com a participação da Administração da Tronox Brasil.

A Auditoria Interna possui em seu cronograma anual de atividades etapas para realização de testes de controles independentes a fim de validar e assegurar que as informações concedidas pelas respectivas áreas internas estão íntegras e completas.

Adicionalmente, a Diretoria Financeira principal do acionista-controlador (CFO) e os *Site Controllers* das unidades de negócio (*subsidiárias*) interagem com as áreas de Auditoria Interna e o Compliance, com o propósito de capturar eventuais ocorrências que possam impactar as demonstrações financeiras.

Ao final do ciclo, os executivos responsáveis pelos processos de todas as áreas de negócio e suporte da Companhia, mapeadas nos controles e testes de adequação à SOx, são comunicados formalmente de eventuais deficiências significativas e/ou fraquezas materiais, bem como o respectivo plano de mitigação das deficiências identificadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da *Tronox Pigmentos do Brasil S.A.* relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nosso auditor independente KPMG Auditores Independentes Ltda, nos termos da regulamentação emitida pela CVM, identificou a seguinte deficiência em seu relatório de controles internos, sendo ela classificada como deficiência significativa pelo Auditor:

1 Fragilidade no monitoramento e controle de contingências

Situação observada

Identificadas inconsistências nos registros contábeis quando comparados aos controles auxiliares de contingências, as quais estão detalhadas abaixo:

5.2 Descrição dos controles internos

a. Falta de conciliação entre as respostas de circularização dos advogados x controle auxiliar de contingências

Durante as análises do Auditor em 2023, foi verificado que a Companhia não realizava o controle do seu relatório auxiliar de contingências de forma tempestiva. No primeiro relatório recebido, quando comparado com as respostas de circularização dos advogados, foram identificadas causas que já haviam sido baixadas, valores desatualizados e divergências quanto ao risco de perda. Sendo assim, foi necessário realizar a retificação ainda durante o curso da auditoria.

Após as retificações mencionadas, ainda foram identificadas algumas divergências entre os valores das respostas de circularização de advogados e os respectivos saldos registrados no controle da Companhia. Para correção, foi sugerido um ajuste na conta de *Passivo com contingência* no valor total de R\$ 93 mil.

b. Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.292 mil, referente a um processo que é um mandado de segurança, cujo objetivo é afastar a proibição de compensações das estimativas de IRPJ/CSLL instaurada pelo art. 74, § 3º, inciso IX da Lei 9.430/1996 (introduzido pelo art. 6º da Lei 13.670/2018), além disso, a Companhia realizou depósitos judiciais vinculados a esse processo. Contudo, foi considerado as contas contábeis CSLL Depósito judicial e CSLL a pagar pertencentes à rubrica de Tributos a recolher, logo, apresentando efeito nulo dos valores.

Nesse sentido, o entendimento do Auditor é que o montante de R\$ 5.292 mil deveria ter sido reclassificado contabilmente para as contas de *Depósitos judiciais e Contingências*.

c. Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

Outro processo estava registrado com a natureza incorreta, para o qual depósitos judiciais foram registrados diretamente como um crédito tributário na conta de ICMS a recolher, porém o Auditor entende que os valores deveriam ser considerados na conta de depósitos judiciais, levando em consideração a natureza da transação. Com isso, foi identificado o potencial ajuste de R\$ 1.632 mil na conta de *Depósitos judiciais*.

d. Atualização e correção monetária dos ajustes de contingências

Foram recalculados, pelos Auditores, os valores de atualização e correção monetária para todos os ajustes identificados referentes aos depósitos judiciais e contingências. Como resultado, e tendo como base essas atualizações calculadas, foi estimado que não foram recolhidos ao todo R\$ 81 mil em PIS e COFINS.

e. Ajuste do valor do Auto de Infração referente às transações com a Tasnee

A Administração entende que o montante do processo referente ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia com relação a um Auto de Infração deve ser pago pelo antigo controlador da Companhia, a Cristal Pigmentos do

5.2 Descrição dos controles internos

Brasil S.A ("Grupo Tasnee"). Por isso, a Companhia reconheceu inicialmente um ativo (*Outros ativos*) contra um passivo (*Outros passivos*) no montante de R\$ 12.697 mil, sem reconhecer a despesa dessa contingência. Entretanto, o montante atualizado desse processo é de R\$ 3.187 mil.

Diante desse cenário, foi recomendado pelos Auditores dois ajustes a serem realizados pela Administração para refletir o atual contexto desse processo, conforme segue:

- (i) Reclassificação de contas para correta apresentação dos valores de depósitos judiciais e contingências no valor de R\$ 3.187 mil:
- (ii) Baixa do montante de R\$ 7.490 mil para refletir o valor atualizado do processo sob responsabilidade da Tasnee.

f. *Falha no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais*

Foi verificado nas análises de contingências que os valores de honorários de êxito informados por um dos advogados não foram considerados no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais e, conseqüentemente, não foram registrados na contabilidade pela Administração. Dessa forma, foi recomendado o reconhecimento dos honorários de êxito no valor total de R\$ 668 mil.

Recomendação Geral dos Auditores para esta deficiência

Recomendou-se revisar os controles internos adequados para identificar, avaliar e reconhecer contingências e depósitos judiciais de forma adequada e precisa em suas demonstrações financeiras. Por fim, recomendou-se também o reconhecimento desse saldo de depósito judicial.

Outras recomendações (deficiências não-significativas), presentes no relatório circunstanciado, foram avaliadas quanto ao impacto e grau de severidade para fins de melhoria dos controles internos. Todas essas observações foram discutidas com a Administração da Companhia, e com os responsáveis pela governança, para fins de aperfeiçoamento do seu ambiente de controles internos e os procedimentos contábeis.

5.2 Descrição dos controles internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Abaixo, os Comentários da Administração sobre as deficiências apontadas no item (d):

1 Fragilidade no monitoramento e controle de contingências

(a) Falta de conciliação entre as respostas de circularização dos advogados x controle auxiliar de contingências

A Administração da Companhia, mensalmente, recebe dos assessores jurídicos especializados e terceirizados, o relatório informando a probabilidade de perda e os valores envolvidos em cada contingência. Os saldos contábeis da Companhia são registrados com base nesses relatórios. A Administração da Companhia entende que os valores apresentados são diferenças pontuais e que não apresentam risco de distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração da Companhia irá avaliar a conciliação desta divergência para o exercício de 2024.

(b) Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Administração da Companhia, mensalmente, recebe dos assessores jurídicos especializados e terceirizados, o relatório informando a probabilidade de perda e os valores envolvidos em cada contingência. Os saldos contábeis da Companhia são registrados com base nesses relatórios. A Administração da Companhia entende que os valores apresentados são diferenças pontuais e que não apresentam risco de distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração da Companhia irá avaliar a conciliação desta divergência para o exercício de 2024.

(c) Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Administração da Companhia possui todos os controles inerentes aos saldos de depósitos judiciais e contingências. O caso, em específico, refere-se a liquidação de ICMS, via depósito judicial. Uma vez que o valor não é mais devido pela Companhia, a Administração entende que não deve haver passivo em aberto, relacionado a este assunto. Sendo assim, de maneira a facilitar o entendimento do leitor, os saldos estão sendo apresentados líquidos. Vale a pena ressaltar que não existe efeito no resultado do exercício.

(d) Atualização e correção monetária dos ajustes de contingências

A Administração da Companhia efetua, mensalmente, a correção monetária dos depósitos judiciais vinculados as causas cíveis e trabalhistas. Com relação aos depósitos judiciais vinculados a causas fiscais, a Administração da Companhia entende que, uma vez liquidado judicialmente o passivo, não existe nenhuma exposição ou atualização para os saldos ativos e passivos. Vale a pena ressaltar que não existe efeito no resultado do exercício.

(e) Ajuste do valor do Auto de Infração referente às transações com a Tasnee

Em dezembro de 2021, foi lavrado auto de infração fiscal, no âmbito federal, referente aos exercícios de 2017 e 2018. Em 21 de fevereiro de 2017, foi

5.2 Descrição dos controles internos

assinado o Acordo de Transação, referente à transferência de controle societário, entre o antigo controlador Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Grupo Tasnee") e a Companhia. Nesse acordo, o Grupo Tasnee é obrigado a ressarcir a Companhia com relação a autuações fiscais ocorridas antes da assinatura do referido acordo. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu um saldo ativo e um saldo passivo, no mesmo montante (R\$ 11.269).

A Administração da Companhia entende que a referida operação tem que ser analisada em conjunto, considerando os montantes ativos e passivos, de maneira que a Companhia, com base nos acordos legais firmados, não incorra em lucro ou prejuízo com esta transação.

(f) Falha no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais

A Administração da Companhia entende que os valores apresentados são diferenças pontuais e que não apresentam risco de distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração da Companhia irá avaliar a contabilização destes valores, para o exercício de 2024.

Ademais, as deficiências significativas relatadas, destacadas no item (d), não resultaram em distorções nas demonstrações contábeis da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 14 de março de 2024, sem ressalvas.

5.3 Programa de integridade

A empresa possui uma estrutura de Programa de Compliance que abarca os seguintes pontos de gerenciamento:

- Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial estabelece os padrões de como conduzimos nossos negócios com o mais alto comportamento ético. O Código de Ética e Conduta Empresarial é devidamente divulgado através de Site Institucional, treinamentos, cópias físicas disponíveis nas unidades da companhia, servidor de rede etc.
- A Tronox mantém um acervo de políticas globais que estabelece em detalhes nossas regras, políticas e procedimentos em uma ampla gama de tópicos com o objetivo de ajudar nossos funcionários a administrar o negócio de maneira consistente com nossos valores e o Código de Conduta da Tronox.

A Tronox formaliza e divulga no site de Relações com Investidores as respectivas políticas de conduta abaixo:

- ✓ Código de Conduta
- ✓ Política de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente
- ✓ Política de Remuneração do Conselho e Diretoria
- ✓ Política de Negociação de Valores Mobiliários
- ✓ Política de Transações com partes relacionadas
- ✓ Política de Divulgação das informações
- ✓ Política de Gerenciamento de Risco
- ✓ Estatuto Social
- A Tronox realiza o acompanhamento tempestivo de todos os fornecedores e clientes através da realização de Background check global, visando identificar possíveis Red Flags incluindo regimes de sanções econômicas e controles de exportação e importação, que proíbem ou restringem negociações com determinados países, regiões e partes (incluindo empresas e indivíduos). A Tronox também opta por restringir as negociações em certas jurisdições com base em fatores como risco de corrupção, risco à propriedade intelectual, dano potencial à reputação de nossa marca, falta de justiça e transparência dos processos legais locais.
- A Tronox investe em Treinamento e Comunicação voltadas às questões de Compliance, para que cada funcionário entenda os objetivos, as regras e o seu papel para garantir o sucesso do Programa.
- A Tronox mantém Canal de Denúncia Global (Speak up) e independente que permite o reporte de denúncias de forma anônima e sem retaliação, investigações internas, para atender às denúncias de comportamentos ilícitos ou antiéticos, bem como canal de ouvidoria local, para atendimento de demandas da comunidade, devidamente divulgado através de site institucional, treinamentos internos e quadros de visualização divulgados nos sites.

5.4 Alterações significativas

Atualmente está em curso um programa a longo prazo de integração sistêmica pela tecnologia da informação que inclui aumento da automação de sistemas operacionais e financeiros, incluindo o programa global de gestão de riscos empresariais.

Durante o ano de 2023, a Tronox Global implementou atualizações nos seus sistemas e plataformas financeiras em determinadas regiões, entretanto, ainda não incluindo a entidade brasileira neste momento. A implementação completa deverá ocorrer em fases ao longo de vários anos.

Conforme a implementação escalonada desse sistema ocorra, esperamos certas mudanças em nossos processos e procedimentos que, por sua vez, resultarão em mudanças em nosso ambiente de controle interno sobre relatórios financeiros. Embora esperemos que esse programa de transformação fortaleça nossos controles financeiros internos, a Administração continuará a avaliar e monitorar nossos controles internos à medida que os processos e procedimentos em cada uma das áreas afetadas evoluam.

Exceto conforme mencionado acima, **não houve mudanças em nosso controle interno sobre relatórios financeiros durante o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023** que afetaram materialmente, ou são razoavelmente prováveis de afetar materialmente, nosso controle interno sobre relatórios financeiros.

5.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes referente ao gerenciamento de riscos e controles internos às já mencionadas neste formulário.

Adicionalmente, **não houve mudanças em nosso controle interno sobre relatórios financeiros durante o exercício-fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023** que tenham afetado materialmente, ou tenham uma probabilidade razoável de afetar, nosso controle interno sobre relatórios financeiros.